

RESULTADO 1T20

taesa 

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. Além disso, a partir do primeiro trimestre de 2018, a fim de alinhar o Resultado Regulatório com as demonstrações financeiras apresentadas para a ANEEL, a Companhia passou a apresentar na linha “RAP Concessionárias” os valores referentes a RAP (Receita Anual Permitida) que não são contabilizados no Ativo Contratual. Estes valores anteriormente eram apresentados na linha de Outras Receitas, acompanhando o Resultado IFRS. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório. A partir da aquisição da participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) na Brasnorte (vide Fato Relevante de 31 de maio de 2019), esta deixa de ser uma coligada da Taesa e passa a ser sua controlada, com participação acionária total de 88,376%. Dessa forma, a Companhia iniciou a consolidação dos resultados da Brasnorte a partir dessa data nas demonstrações de resultado da Taesa, com a segregação da participação dos não-controladores no lucro líquido da Companhia (11,624%). Ainda em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu a participação de 11,624% da Brasnorte detida pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A., passando a deter 100% do total das ações da Brasnorte (vide Fato Relevante de mesma data).

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

15 de maio de 2020
Sexta-feira
Brasília 11h00
Nova York 10h00

Tel.: + 55 11 3127 4971 ou +55
11 3728-5971
Dial in: +1 929 378 3440 ou
1 516 300 1066
Senha: Taesa

Raul Lycurgo Leite	CEO e Diretor Jurídico e Regulatório
Marcus Pereira Aucélio	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2.	RESUMO DO RESULTADO	6
3.	VISÃO GERAL	8
3.1.	Estrutura Societária	8
3.2.	Estrutura Societária TBE	9
3.3.	Estrutura Societária AIE.....	10
4.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
4.1.	Desempenho Operacional	11
4.2.	Ciclo da RAP 2019-2020	12
4.3.	Redução de 50% da RAP	13
4.4.	Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	15
4.5.	Receita Líquida IFRS.....	17
4.6.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	18
4.7.	EBITDA e Margem EBITDA IFRS	19
4.8.	Receita Líquida Regulatória.....	20
4.9.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	21
4.10.	EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	22
4.11.	Composição do EBITDA Regulatório	23
4.12.	Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	24
4.13.	Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	24
4.14.	Resultado Financeiro Líquido	25
4.15.	Impostos	26
4.16.	Lucro Líquido	29
4.17.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	31
4.18.	Endividamento	32
4.19.	Investimentos	34
4.20.	Projetos em Construção	34
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	37
5.1.	Receita IFRS por Concessão	37
5.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	38
5.3.	DRE 1T20	39
5.4.	DRE IFRS 1T20 (Subsidiárias).....	40
5.5.	DRE Regulatório 1T20 (Subsidiárias).....	41
5.6.	Reconciliação do EBITDA.....	42
5.7.	Balanço Patrimonial	43
5.8.	Fluxo de Caixa IFRS.....	44
5.9.	Fluxo de Caixa Regulatório.....	45

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

SÓLIDO RESULTADO EM MEIO À CRISE COM CONTRIBUIÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTOS

O início deste ano foi marcado pela pandemia do COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. A Companhia, sempre comprometida com a saúde e segurança de seus colaboradores e do Sistema Interligado Nacional, buscou rapidamente se informar e seguir as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos órgãos nacionais competentes. Portanto, desde fevereiro a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Por meio dessas medidas, a Companhia vem buscando, também, resguardar seus demais ativos de transmissão, garantindo assim a continuidade das suas operações nesse momento sensível de emergência global de saúde.

Em meio a essa crise mundial, a Taesa manteve um sólido resultado no primeiro trimestre de 2020. É importante destacar que, dada a característica do negócio de transmissão de energia, as 39 concessões da Companhia possuem contratos de longo prazo com receitas fixas, reajustadas pela inflação e baseadas no desempenho e disponibilidade das linhas e subestações de transmissão. Nesse primeiro trimestre do ano, inclusive, a Companhia apresentou uma taxa de disponibilidade de 99,98%, registrando o mais alto nível de disponibilidade dos últimos anos. Além disso, a Parcela Variável ficou em 1,5% da RAP, em um nível confortável considerando o resultado das novas aquisições.

Destacamos também o nível de liquidez e saúde financeira da Taesa. A Companhia encerrou o trimestre com uma posição de caixa de R\$ 1,7 bilhão, já considerando o pagamento das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação de Rialma I). Cabe mencionar que em abril deste ano, a Companhia emitiu novas dívidas no valor total de R\$ 900 MM para reforçar a sua posição de caixa, em meio ao contexto atual dos mercados de capitais mundiais, o que representa uma importante medida alinhada ao seu pilar estratégico de disciplina financeira, que visa o cumprimento ordinário de suas obrigações contratuais, principalmente aquelas relativas a contratos de dívida.

Energizamos entre o fim do ano passado e o início desse ano 3 importantes empreendimentos: Miracema, EDTE e os reforços da Novatrans. Concluímos, ainda, as aquisições de São João e São Pedro em fevereiro e de Lagoa Nova em março. Com isso, adicionamos o montante de R\$ 242,8 MM à nossa RAP, já afetando positivamente o resultado do primeiro trimestre de 2020.

Apesar do atual cenário de incertezas em função da pandemia pelo COVID-19, a Companhia continua comprometida em investir no seu crescimento. Continuamos trabalhando para entregar os 7 empreendimentos em construção, cujos investimentos somam R\$ 3,3 bilhões (considera apenas a parcela da Taesa). No 1T20, os investimentos nesses projetos somaram R\$ 331,5 MM contra R\$ 82,1 MM investidos no 1T19.

Destacamos nesse trimestre, em termos de resultado, o aumento de 128,2% no lucro líquido em IFRS na comparação com o primeiro trimestre de 2019, impulsionado pelos maiores investimentos e pelo aumento dos índices de inflação. Depois de 2 anos de quedas trimestrais recorrentes na receita líquida, obtivemos crescimento anual de 2,8% da Receita Líquida Regulatória, explicado pelas aquisições recentes e entrada em operação de empreendimentos, superando assim o corte da RAP das concessões de categoria 2.

Continuamos com foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos nossos acionistas. Temos trabalhado arduamente para tornar a Companhia cada dia mais competitiva, tanto nos leilões de transmissão da ANEEL, quanto no mercado

secundário, além de manter nosso posicionamento de liderança e referência em transmissão de energia no país.

Por fim, temos monitorado a evolução da pandemia e os seus potenciais impactos no setor de energia elétrica, mais especificamente no segmento de transmissão. E estamos convictos de que temos a força necessária para vencer os desafios destes novos tempos, mantendo o nosso compromisso em transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para a toda a sociedade.

2. RESUMO DO RESULTADO

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	1T20	1T19	Var.%	1T20	1T19	Var.%
Receita Líquida IFRS	690,4	342,2	101,7%	1.063,9	418,1	154,4%
Lucro Líquido IFRS	364,2	159,6	128,2%	512,5	347,6	47,4%
Receita Líquida Reg.	372,8	362,7	2,8%	482,0	456,6	5,6%
EBITDA Reg.	312,7	310,9	0,6%	409,1	395,6	3,4%
Margem EBITDA Reg.	83,9%	85,7%	-1,9 pp	84,9%	86,6%	-1,8 pp
Dívida Líquida	4.034,0	2.368,8	70,3%	4.590,2	2.717,8	68,9%
Dívida Líquida/EBITDA	-	-	-	3,0	1,7	76,3%

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 364,2 MM no 1T20, registrando um aumento de 128,2% (+R\$ 204,6 MM) em relação ao 1T19, explicado por:
 - (i) Aumento de R\$ 128,0 MM na receita de correção monetária em função dos maiores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados.
 - (ii) Crescimento da margem de construção em razão dos maiores investimentos nos empreendimentos em construção, afetando positivamente tanto a receita de construção quanto a equivalência patrimonial.
 - (iii) Impacto do resultado das aquisições recentes de São João, São Pedro, Lagoa Nova (nova denominação de Rialma I) e dos 3 lotes do leilão da Eletrobrás (Brasnorte, Transmineiras e ETAU), além da conclusão dos reforços da Novatrans, totalizando aproximadamente R\$ 50 MM de impacto positivo no lucro líquido.
 - (iv) Os efeitos acima foram compensados em parte por:
 - a. Aumento de R\$ 70,7 MM nas despesas financeiras líquidas, resultado das captações realizadas nos últimos 12 meses, da liquidação das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da menor rentabilidade das aplicações financeiras em função da crise global; e
 - b. Maiores custos e despesas operacionais, ex-construção, em função principalmente do reajuste pela inflação, contratação de consultorias estratégicas e início das operações das novas concessões (Miracema, São João, São Pedro e Lagoa Nova) pela Taesa, além da consolidação da Brasnorte.
- Lucro líquido ajustado do 1T20 ficou em R\$ 263,3 MM, excluindo os efeitos da adoção do CPC 47 de R\$ 100,9 MM. Após a destinação das reservas legal e de incentivo fiscal, os proventos a serem distribuídos sobre este

resultado totalizaram R\$ 241,7 MM (R\$ 0,70 / Unit e payout de 91,8% do lucro líquido ajustado e de 66,4% do lucro líquido), o que foi aprovado hoje pelo Conselho de Administração.

- AGO de 30 de abril de 2020 aprovou a destinação dos resultados de 2019 com pagamento de dividendos adicionais de R\$ 61,8 MM (R\$ 0,18 / Unit) a ser realizado na data de 15 de maio de 2020. Com isso, a Companhia remunerou seus acionistas no montante total de R\$ 655,9 MM (R\$ 1,90 / Unit) referente ao resultado de 2019, representando um payout de 92,3% do lucro líquido ajustado e 65,4% do lucro líquido do exercício social.

RESULTADO REGULATÓRIO

- No 1T20, a Receita Líquida totalizou R\$ 372,8 MM, registrando um crescimento de 2,8% na comparação anual, explicado pelo reajuste inflacionário, entrada em operação de Miracema e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova e consolidação da Brasnorte, efeitos que compensaram o corte da RAP de algumas concessões.
- Custos de PMSO totalizaram R\$ 60,2 MM no 1T20, um aumento anual de 16,2% devido ao reajuste pela inflação, contratação de consultorias estratégicas e ao início das operações das novas concessões (Miracema, São João, São Pedro e Lagoa Nova) pela Taesa, além da consolidação da Brasnorte.
- O EBITDA totalizou R\$ 312,7 MM neste trimestre, ficando praticamente em linha com o registrado no 1T19 (+0,6%). Margem EBITDA ficou 83,9% no 1T20 (-1,9pp vs. 1T19). Destaque para o impacto positivo de quase R\$ 37 MM no EBITDA consolidado em razão das aquisições recentes (São João, São Pedro, Lagoa Nova e Brasnorte) e da entrada em operação de Miracema e dos reforços da Novatrans.
- Lucro Líquido somou R\$ 139,2 MM no trimestre, uma redução de 24,8% (-R\$ 45,8 MM) na comparação anual devido principalmente ao aumento de R\$ 70,7 MM nas despesas financeiras líquidas.
- No 1T20, a Dívida Bruta da Companhia fechou em R\$ 5.711,2 MM, um crescimento sequencial de 8,5%. O Caixa da Companhia ficou em R\$ 1.677,2 MM (-30,8% versus 4T19), resultando em uma Dívida Líquida de R\$ 4.034,0 MM, registrando um crescimento de 42,0% no trimestre. Dívida líquida / EBITDA ficou em 3,0x (versus 2,2x no 4T19).
- Taxa de disponibilidade das linhas de transmissão de 99,98% e PV de R\$ 6,4 MM (1,52% da RAP Consolidada) no 1T20. Crescimento anual de R\$ 7,2 MM na PV provocado pelas reversões de provisões no primeiro trimestre do ano passado que superaram os eventos ocorridos naquele período, assim como pelos maiores desligamentos e provisões ocorridos no 1T20.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 39 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 10 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação para Rialma I)); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).

No âmbito do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, a Taesa concluiu a aquisição do lote N (ETAU) em 29 de abril de 2019 e dos lotes L (Brasnorte) e M (Transmineiras) em 31 de maio de 2019, adicionando R\$ 52,6 MM de RAP à sua base. Veja abaixo maiores detalhes da transação:

Lote/ Leilão Eletrobrás	SPE de Transmissão	Valor Pago (em R\$ mil)	RAP ¹ (em R\$ mil)	Participação Adquirida	Participação Final da TAESA	Contabilização no Resultado TAESA
L	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte)	75.622	13.700	49.7115%	88.376%	Consolidação
M	Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	34.969	9.108	24.50%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	24.199	10.991	24.00%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	18.340	7.096	25.00%	53.9982% ²	Equivalência Patrimonial
N	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU)	32.880	11.728	23.0355%	75.6193%	Equivalência Patrimonial
Total		186.010	52.623			

(1) RAP referente à participação adquirida (ciclo 2019-2020)
 (2) Considera participação direta de 49% e indireta de 4,9982% via subsidiária ENTE.

Em 30 de agosto de 2019, a Taesa concluiu a aquisição de 11,624% da Brasnorte detidas pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A. Após a conclusão dessa operação, a Companhia, que antes detinha

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da São João Transmissora de Energia S.A. ("São João") e de São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("São Pedro"), após o cumprimento das condições suspensivas aplicáveis à aquisição desses ativos, adicionando uma RAP de R\$ 92,5 MM (ciclo 2019/2020).

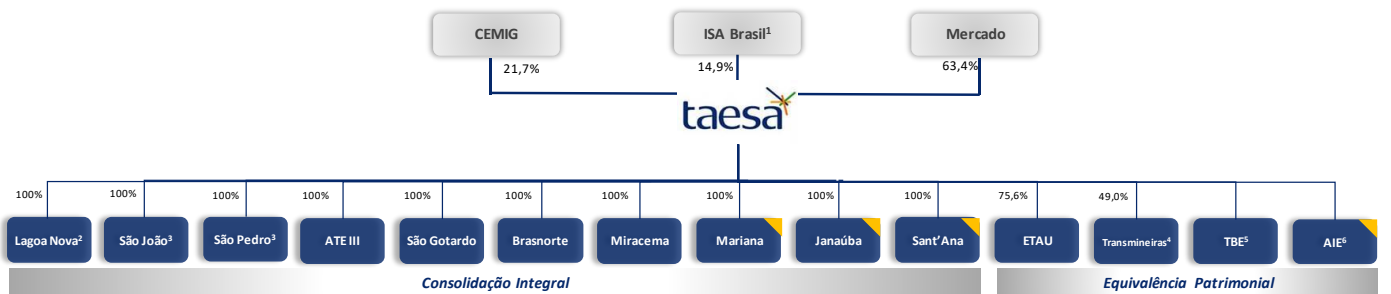
E em 13 de março de 2020, a Taesa concluiu a aquisição de 100% das ações representativas do capital total e votante da Rialma Transmissora de Energia I S.A. ("Rialma I"), após o cumprimento das condições precedentes. A Assembleia Geral Extraordinária realizada no mesmo dia, aprovou a alteração da razão social de Rialma I que passou a ser denominada Lagoa Nova Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Com relação aos empreendimentos em construção, 2 dos 9 projetos adquiridos em leilões entraram em operação ao final de 2019 e início de 2020. As energizações da concessão Miracema, referentes ao trecho LT 230kV Lajeado – Palmas, à nova subestação de Palmas e à adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado foram concluídas em 29 de novembro de 2019. Antes disso, a Companhia já havia energizado o trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, em 30 de setembro de 2019. Em 20 de janeiro de 2020, a última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV Poções III – Poções II (representa apenas 6% do projeto) foi concluída. Previamente, as energizações do trecho LT 500 kV Ibicoara – Poções III e da SE 500/230 kV Poções III foram concluídas em 22 de dezembro de 2019.

Com isso, a Companhia conclui a entrega dos empreendimentos Miracema e EDTE cumprindo o capex e prazos exigidos pela ANEEL e adicionando uma RAP de R\$ 99,6 MM (ciclo 2019-2020).

Importante destacar também que a Taesa concluiu os reforços da concessão Novatrans Energia S.A. referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17, adicionando R\$ 38,1 MM de RAP (ciclo 2019-2020). Os bancos de capacitores Serra da Mesa e Gurupi Sul, referentes a REA 6306/17, foram energizados em 21 de outubro de 2019, e os bancos de capacitores Gurupi Norte e Miracema, referentes a REA 6369/17, foram energizados, respectivamente, em 28 de outubro e 18 de novembro de 2019.

Após a conclusão das operações e das entregas dos projetos e reforços em construção mencionadas acima, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica é a nova razão social de Rialma I concessão adquirida pela Taesa em 13 de março de 2020

³ Em 2018, a Companhia anunciou a compra de 4 ativos operacionais da Âmbar Energia Ltda. A aquisição da São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020. O fechamento da operação para aquisição da Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. e São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. ainda está sujeito ao cumprimento de condições precedentes.

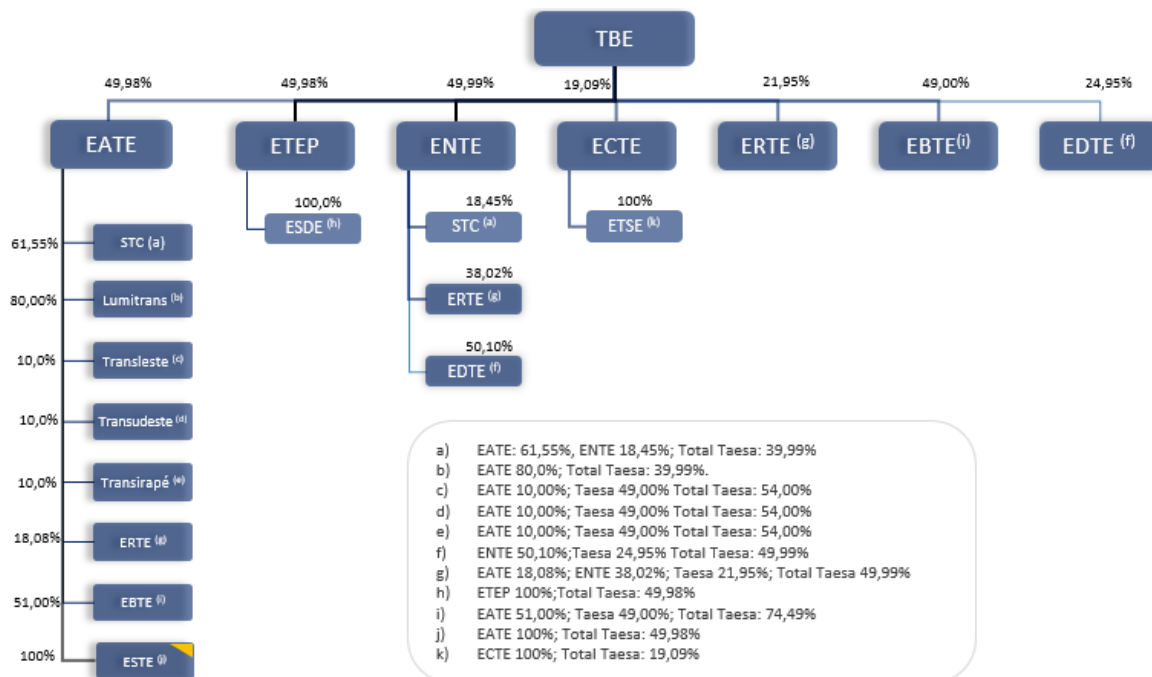
⁴ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%)

⁵ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

⁶ AIE - Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

em construção

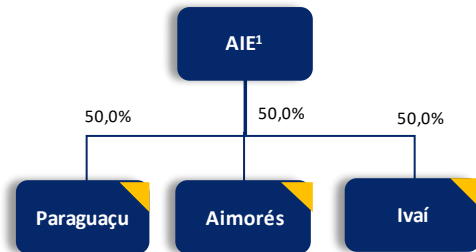
3.2. Estrutura Societária TBE




TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

Em construção

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

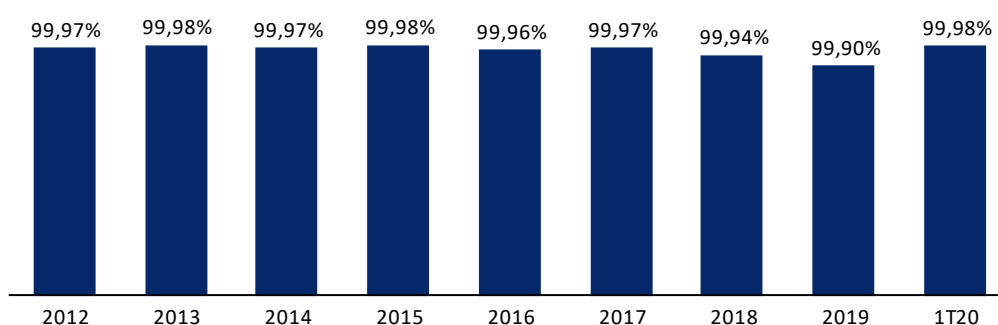
 em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

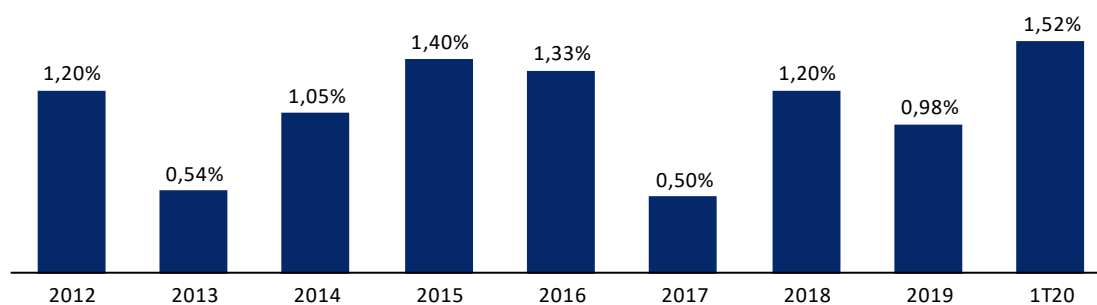
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro trimestre de 2020, uma taxa média consolidada de disponibilidade da linha de 99,98%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras e TBE.

A Taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV no 1T20 foi de R\$ 6,5 MM, uma piora de R\$ 7,2 MM na comparação com o 1T19. Esta variação foi provocada, principalmente, pelas reversões de provisões no primeiro trimestre do ano passado (R\$ 4,5 MM) que superaram os eventos ocorridos naquele período e pelas provisões/desligamentos ocorridos majoritariamente nas concessões São João, ATE III e Novatrans. Destacam-se os seguintes eventos no 1T20: (i) desligamentos automáticos na LT 500 kV Gilbués II-São João Piauí C1 em São João, um deles devido ao incêndio no reator 500 kV RE7-08 no terminal da SE Gilbués II (R\$ 1,9 MM) e o outro devido de desligamento de urgência para tracionamento de cabos para alinhamento de cadeia de Isoladores (R\$ 1,1 MM); (ii) desligamento da LT 500kV Itacaiúnas-Colinas C1 devido a explosão da fase C do banco de reatores CORE7-11 na ATE III (SE Colinas) (R\$ 2,2 MM); e (iii) ocorrência com explosão do Banco de Capacitores MCCL7-02 na SE Gurupi (R\$ 0,9 MM) e desligamento de Capacitores Série TCSC 500kV IZCL-05 devido a falha no módulo de controle (R\$ 0,7 MM), ambos na Novatrans.

4.2. Ciclo da RAP 2019-2020

Em junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.565/19 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2019-2020, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2019 até 30 de junho de 2020, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T19. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste de 7,64%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste de 4,66%.

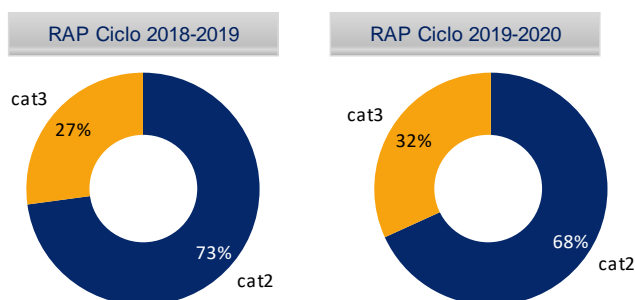
RAP (R\$ MM)	Ciclo 2017-2018	Ciclo 2018-2019	Ciclo 2019-2020
Ajuste IGP-M	1,57%	4,26%	7,64%
Novatrans ²	517,2	413,5	330,9
TSN ²	427,9	279,6	301,0
Munirah	36,5	38,0	40,9
GTESA	9,4	5,8	5,5
PATESA ²	25,0	26,1	18,1
ETAU ¹²	24,2	25,2	38,5
ETEO	88,1	91,9	98,9
NTE ²	153,4	125,2	86,3
STE ²	81,6	85,3	48,6
ATE I ²	149,0	155,4	167,3
ATE II ²	230,3	240,3	258,7
EATE ¹²	177,1	113,6	122,2
ETEP ¹	28,2	25,6	27,6
ENTE ¹	112,6	117,4	102,0
ECTE ¹	9,0	9,4	10,2
ERTE ¹²	25,3	26,3	19,5
Lumitrans ¹²	10,7	11,1	12,0
Transleste ¹	12,2	12,8	24,7
Transirapé ¹	9,8	10,2	20,1
Transudeste ¹	7,3	7,6	15,3
Subtotal	2.134,7	1.820,4	1.748,3
Ajuste IPCA-A	3,60%	2,86%	4,66%
ATE III ²³⁵	116,3	119,8	125,4
São Gotardo ³	5,2	5,2	5,4
Mariana ³⁴	14,3	14,7	15,4
Miracema ³⁴	60,4	62,1	65,0
Janaúba ³⁴	180,3	185,4	194,1
Aimorés ¹³⁴	36,9	37,9	39,7
Paraguaçu ¹³⁴	55,0	56,6	59,2
Brasnorte ¹²³	10,1	10,2	27,6
STC ¹²³	17,6	18,1	18,9
EBTE ¹²³	34,0	35,8	34,4
ESDE ¹³	6,5	6,7	7,0
ETSE ¹²³	3,7	3,8	4,0
ESTE ¹³⁴	52,1	53,6	56,1
Ivaí ¹³⁴	136,6	140,5	147,0
EDTE ¹³⁴	32,1	33,0	34,6
Sant'Ana ⁴		59,0	60,9
São João ⁶			47,6
São Pedro ⁶			44,9
Lagoa Nova ⁷			12,6
Subtotal	761,1	842,4	999,8
Total	2.895,8	2.662,8	2.748,1

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2019-2020 é de R\$ 2.748 MM, sendo 49,4% no nível da *holding*. Considerando a conclusão dos reforços de Novatrans e dos empreendimentos Miracema e EDTE e da conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova – nova razão social de Rialma I –, a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2019-2020 ficou em R\$ 2.176 MM.

O reajuste da RAP para o ciclo 2019-2020 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Novatrans, GTESA, PATESA, ETAU, NTE, STE, ENTE e ERTE** sofreram impacto do corte de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **Novatrans, ETAU, STE, ATE II e Brasnorte** apresentaram entrada em operação de reforços; e (iii) **EBTE** apresentou efeito de revisão tarifária.

Vale destacar ainda: (i) aquisição do empreendimento Sant'Ana no leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL em dez/18 quando a Taesa se sagrou vencedora na disputa pelo lote 12; (ii) conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e Transmineiras no 2T19; (iii) aquisição de 11,624% de participação na Brasnorte em ago/19; (iv) energização dos empreendimentos Miracema (nov/19) e EDTE (jan/20); (v) conclusão dos reforços da Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17 em nov/19; (vi) conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fev/20; e (vii) conclusão da aquisição de Lagoa Nova em mar/20. Maiores detalhes na seção 3.1.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional a participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁶ Aquisição concluída em 14 de fevereiro de 2020

⁷ Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica é a nova razão social de Rialma I, adquirida em 13 de março de 2020.

4.3. Redução de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para o ciclo 2016-2017, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Para os ciclos 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020, as seguintes concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP entrará em 29/9/2020.

Para os ciclos futuros, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrará no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrará no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos ao corte de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

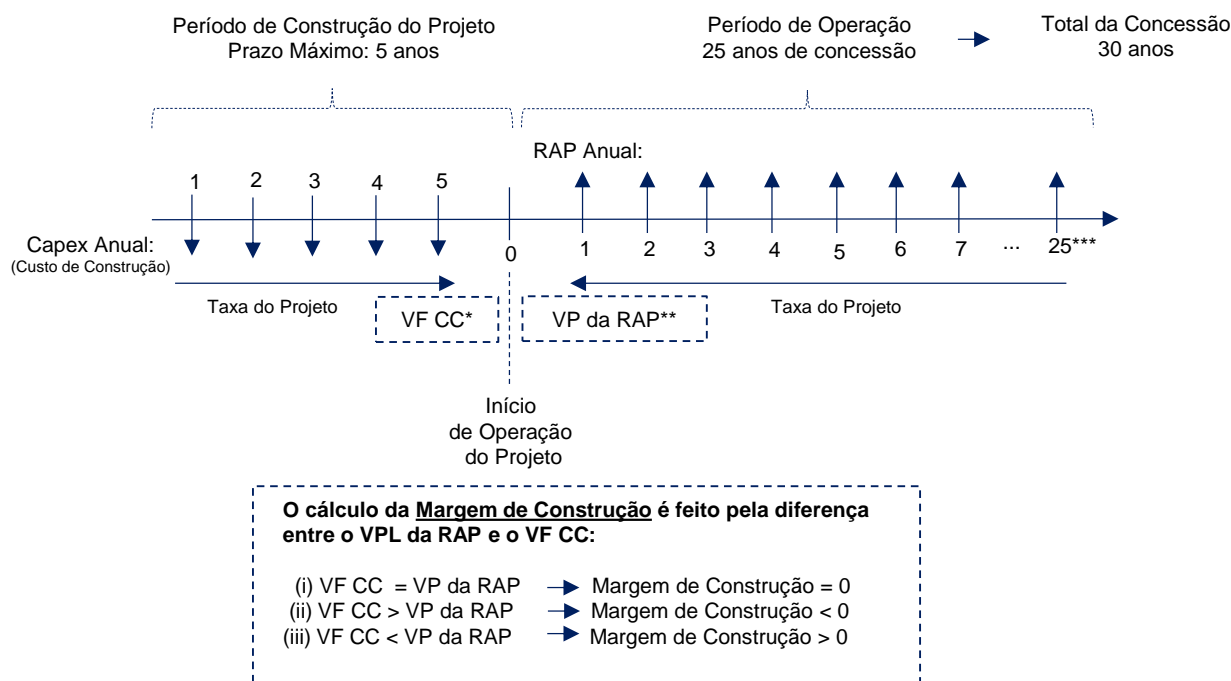
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão (“Taxa do Projeto”). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



* VF CC: Valor Futuro do Custo de Construção

** VP da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (**Formação do Ativo Contratual**)

***VP dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de construção. Isto é, a receita de construção passa a constituir uma margem de construção, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Construção no momento

da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de construção era igual ao custo de construção mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de construção impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de construção passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de construção mais a margem de construção, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Construção e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetário do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de construção.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores;
- (ii) Para Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 e destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal;
- (iii) Para Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 e destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 521.647.147,86, sendo R\$ 501.234.767,69 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 31 de março de 2020, os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 no resultado líquido somam R\$ 100.885.096,32.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

Vale destacar que, a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia, a conta de Reserva Especial será utilizada para futura distribuição de dividendos, tendo em vista que a adoção do CPC 47 não tem efeito caixa (a eficiência/ineficiência do projeto é contabilizada como margem de construção durante a fase de construção dos projetos com efeito puramente contábil no resultado em IFRS).

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 1T20 foi de R\$ 690,4 MM, 101,7% maior que o 1T19, devido principalmente ao aumento das receitas de construção e de correção monetária.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de construção que passa a contabilizar uma margem de construção, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do primeiro trimestre de 2020 foram: IGP-M de 2,09%, 0,48% e -0,04% (acumulado +2,54%), e IPCA de 1,15%, 0,21% e 0,25% (acumulado +1,62%), referente aos meses de dezembro de 2019 e janeiro e fevereiro de 2020, respectivamente. No primeiro trimestre de 2019, o IGP-M foi de -1,08%, 0,01% e 0,88% (acumulado -0,20%), e IPCA de 0,15%, 0,32% e 0,43% (acumulado +0,90%), referente aos respectivos meses de 2019.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	1T20	1T19	Var.%
Operação e manutenção		161,3	145,9	10,5%
Remuneração do ativo contratual de concessão		148,9	124,7	19,4%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		125,6	(2,4)	n/a
Construção e indenização		315,4	111,8	182,2%
Total Receitas IFRS		751,1	380,0	97,6%
Parcela variável		(6,4)	0,9	n/a
Outras receitas operacionais		14,0	2,6	431,7%
Receita operacional bruta		758,8	383,6	97,8%
PIS e COFINS		(50,5)	(20,8)	143,2%
ISS		(0,09)	(0,04)	104,2%
ICMS		-	-	n/a
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(17,8)	(20,5)	-13,3%
Deduções da receita operacional bruta		(68,4)	(41,3)	65,5%
Receita operacional líquida		690,4	342,2	101,7%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 10,5% da receita de O&M se deve principalmente (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2019-2020, de 7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2019 a junho de 2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/19, (ii) à conclusão da aquisição da São João e São Pedro em 14 de fevereiro de 2020, (iii) à entrada em operação da concessão de Miracema ao fim de 2019, e (iv) à consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho de 2019.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 1T20 apresentou um aumento de 19,4% na comparação anual devido (i) à conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fevereiro de 2020, (ii) à consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho de 2019, (iii) à conclusão dos reforços da Novatrans entre novembro de dezembro de 2019, e (iv) à entrada em operação de Miracema ao fim do ano passado. Estes eventos compensaram o efeito natural da amortização do saldo do ativo contratual pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou um aumento de R\$ 128,0 MM entre o 1T20 e o 1T19, em razão do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, principalmente no IGP-M que registrou no acumulado do trimestre 2,54% de inflação contra deflação de 0,20% no mesmo trimestre de 2019, conforme apresentado mais acima. Além disso, a linha foi impactada pela aquisição das concessões São João e São Pedro, pela conclusão dos reforços de Novatrans e pela consolidação da Brasnorte no 2T19.
- **Construção e indenização:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de construção nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de construção durante o período pré-operacional. O crescimento anual de 182,2% na receita de construção se deve basicamente aos maiores investimentos em Janaúba e Sant'Ana que foram compensados em parte pelos menores investimentos em Miracema (concluída integralmente em 29 de novembro de 2019) e a não contabilização da receita de construção do empreendimento Mariana desde o 3T19 (o limite de investimentos definidos no caso-base do leilão para o cálculo da margem de construção de Mariana foi ultrapassado no 3T19).
- **Parcela variável (PV):** A piora de R\$ 7,2 MM na comparação anual se deve às reversões de provisões no primeiro trimestre do ano passado que superaram os eventos ocorridos naquele período e aos maiores desligamentos e provisões ocorridos no 1T20. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de R\$ 11,4 MM na comparação entre 1T20 e 1T19 se deve, basicamente, à contabilização de R\$ 8,9 MM no resultado da receita de Miracema nos primeiros 3 meses de operação em função da liberação das instalações de 500kV e 230kV em momentos distintos, uma vez que o ativo contratual passa a ser contabilizado somente após a liberação de todas as suas instalações.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 65,5% na comparação entre o 1T20 e 1T19. As variações mencionadas ocorrem em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 256,0 MM no 1T20, 119,6% maior quando comparado ao 1T19.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)				
	R\$ MM	1T20	1T19	Var. %
Pessoal		(38,6)	(32,7)	17,9%
Material		(194,9)	(63,5)	207,0%
Serviço de terceiros		(14,3)	(11,7)	21,9%
Outros		(4,8)	(5,2)	-8,8%
Total		(252,5)	(113,2)	123,1%
Depreciação e amortização		(3,4)	(3,4)	1,8%
Total		(256,0)	(116,6)	119,6%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 17,9% na comparação entre o 1T20 e o 1T19 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, aumento de quadro, conclusão da aquisição de São João e São Pedro, entrada em operação de Miracema e consolidação da Brasnorte na Companhia. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP.

O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).

- **Material:** O aumento anual de 207,0% se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos em construção de Janaúba (+R\$ 152,1 MM), Sant'Ana (+R\$ 13,7 MM) e Mariana (+R\$ 9,6 MM), parcialmente compensado pelos menores investimentos no empreendimento de Miracema (-R\$ 47,7 MM).
- **Serviços de terceiros:** O crescimento de 21,9% na comparação anual foi influenciado principalmente pela contratação de consultorias específicas para a elaboração do planejamento estratégico da Taesa, para melhoria da eficiência na participação dos leilões de transmissão da ANEEL e para o projeto de referenciamento de custos da Companhia, no valor total de R\$ 1,6 MM, assim como pela entrada em operação de Miracema, a consolidação da Brasnorte na Taesa e da aquisição de São João e São Pedro.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução anual de 8,8% devido a menores despesas com patrocínios referentes às leis de incentivo, compensado pela entrada em operação de Miracema, consolidação da Brasnorte da Taesa e aquisição das empresas São João e São Pedro.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de 1,8% se deve basicamente pela remensuração de contratos de arrendamentos financeiros dentro do escopo do CPC 06 (R2), o que gerou um aumento na depreciação do 1T20 em comparação ao 1T19.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 1T20, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 437,9 MM com margem EBITDA de 63,4%. O aumento de 91,2% do EBITDA IFRS na comparação contra o 1T19 foi em razão, principalmente, do aumento da receita de correção monetária no montante de R\$ 128,0 MM, devido ao aumento dos índices macroeconômicos registrados no período, e pelos maiores investimentos nos projetos em construção, que impactaram positivamente a margem de construção em R\$ 59,2 MM (R\$ 97,5 MM no 1T20 versus R\$ 38,3 MM no 1T19).

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	1T20	1T19	Var.%
Receita líquida		690,4	342,2	101,7%
Custos e despesas		(252,5)	(113,2)	123,1%
EBITDA		437,9	229,1	91,2%
Margem EBITDA		63,4%	66,9%	-3,5 pp

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 1T20 alcançou R\$ 372,8 MM, 2,8% maior que no 1T19, explicado pelo reajuste inflacionário, entrada em operação de Miracema e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João e São Pedro e consolidação da Brasnorte, efeitos que compensaram o corte da RAP de algumas concessões.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP em 4,2% entre o 1T20 e o 1T19 é explicado, basicamente, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% em IGP-M e 4,66% em IPCA), pela entrada em operação da concessão de Miracema em 27 de dezembro de 2019 e dos reforços da Novatrans em 19 de novembro de 2019, pela conclusão da aquisição de São João e São Pedro, e pela consolidação da Brasnorte na Taesa. Estes impactos foram compensados em parte pela redução da RAP da Novatrans, GTESA, PATESA, NTE e STE (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de corte nas seções 4.2 e 4.3).

Já a Parcela Variável (PV) apresentou uma piora de R\$ 7,2 MM entre o 1T20 e o 1T19 em função das reversões de provisões no primeiro trimestre do ano passado que superaram os eventos ocorridos naquele período e dos maiores desligamentos e provisões ocorridos no 1T20. A relação PV / RAP ficou em 1,52% em 1T20 contra -0,22% em 1T19. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

A redução dos encargos setoriais se deve ao corte de 50% da RAP, conforme mencionado acima, uma vez que as novas concessões que impactaram o resultado são dispensadas do recolhimento da tarifa de Reserva Global de Reversão – RGR, de acordo com a Lei nº 12.783/2013 que dispensa esse recolhimento para as concessões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	1T20	1T19	Var.%
RAP Concessionárias		418,7	402,0	4,2%
Parcela Variável		(6,4)	0,9	n/a
Receita do Serviço		412,3	402,8	2,4%
Outras receitas operacionais		0,3	0,4	-35,6%
Receita operacional bruta		412,6	403,2	2,3%
PIS e COFINS		(21,9)	(20,0)	9,5%
ISS		(0,09)	(0,0)	104,2%
ICMS		-	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(17,7)	(20,5)	-13,4%
Total Deduções		(39,8)	(40,6)	-2,0%
Receita operacional líquida		372,8	362,7	2,8%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 117,3 MM no 1T20, 17,9% maior quando comparado ao 1T19. Os custos de PMSO somaram R\$ 60,2 MM, registrando um acréscimo anual de 16,2%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	1T20	1T19	Var. %
Pessoal		(38,6)	(32,7)	17,9%
Material		(0,3)	(0,1)	480,9%
Serviço de terceiros		(14,3)	(11,7)	21,9%
Outros		(6,9)	(7,2)	-4,2%
Total		(60,2)	(51,8)	16,2%
Depreciação e amortização		(57,1)	(47,7)	19,8%
Total		(117,3)	(99,4)	17,9%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 60,2 MM no 1T20 (+16,2% versus 1T19). Esse aumento é explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 17,9% na comparação entre o 1T20 e o 1T19 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, aumento de quadro, conclusão da aquisição de São João e São Pedro, entrada em operação de Miracema e consolidação da Brasnorte na Companhia. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).
- **Material:** O aumento de R\$ 0,2 MM entre o 1T20 e o 1T19 se deve aos maiores gastos de manutenção na ATE II e Novatrans, além da consolidação do resultado da Brasnorte no resultado da Taesa.
- **Serviços de Terceiros:** O crescimento de 21,9% na comparação anual foi influenciado principalmente pela contratação de consultorias específicas para a elaboração do planejamento estratégico da Taesa, para melhoria da eficiência na participação dos leilões de transmissão da ANEEL e para o projeto de referenciamento de custos da Companhia, no valor total de R\$ 1,6 MM, assim como pela entrada em operação de Miracema, a consolidação da Brasnorte na Taesa e da aquisição de São João e São Pedro.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução anual de 4,2% devido a menores despesas com patrocínios referentes às leis de incentivo, compensado pela entrada em operação de Miracema, consolidação da Brasnorte e aquisição das empresas São João e São Pedro.
- **Depreciação e Amortização:** O aumento da depreciação é referente às unitizações dos reforços da Novatrans, da entrada em operação de Miracema, da consolidação da Brasnorte na Taesa e da aquisição das empresas São João, São Pedro e Lagoa Nova.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 1T20 atingiu R\$ 312,7 MM, praticamente em linha com o registrado no 1T19, e uma margem EBITDA de 83,9%. Conforme mencionado anteriormente, o corte de 50% da RAP de algumas concessões e o aumento da PV, associado aos maiores custos e despesas operacionais, foram compensados pelo reajuste inflacionário da RAP, entrada em operação de Miracema e dos reforços da Novatrans, aquisição das concessões São João e São Pedro e pela consolidação da Brasnorte.

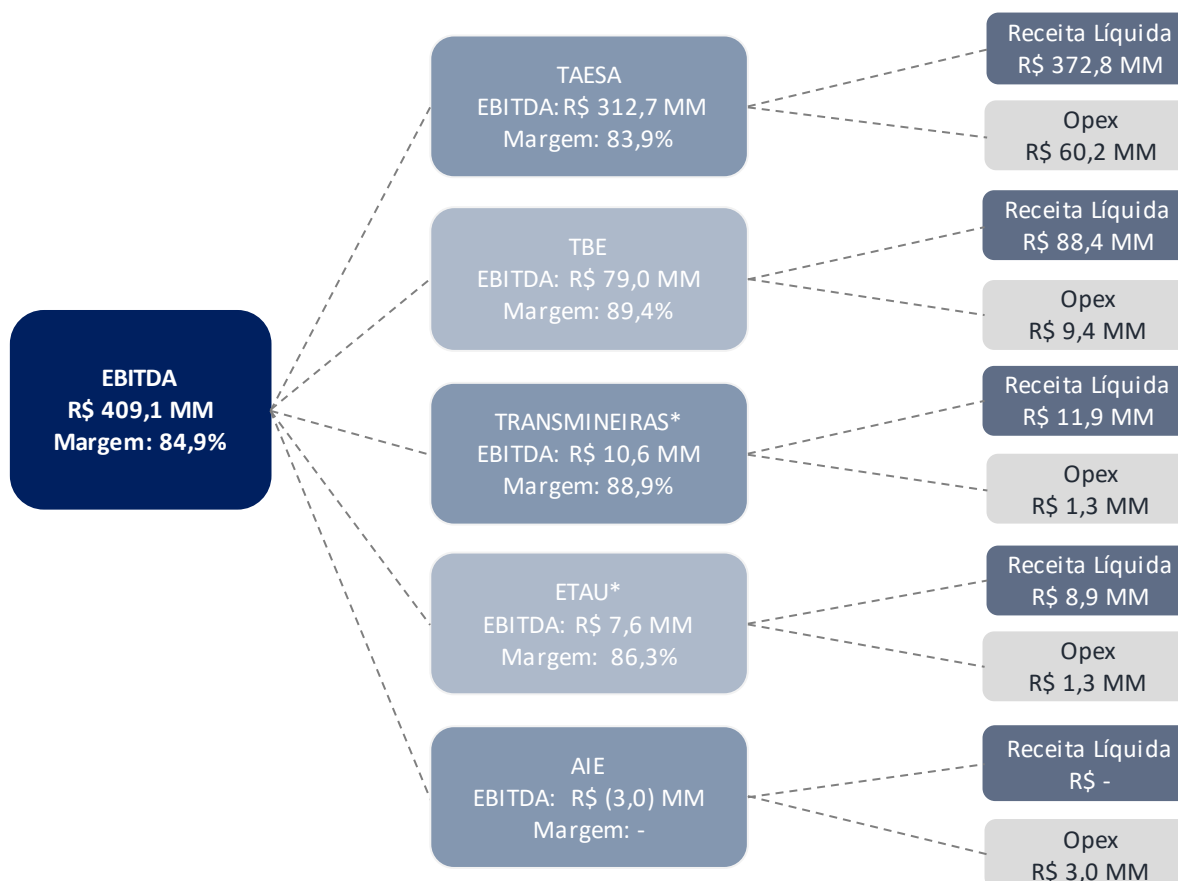
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	1T20	1T19	Var.%
Receita líquida		372,8	362,7	2,8%
Custos e despesas		(60,2)	(51,8)	16,2%
EBITDA		312,7	310,9	0,6%
Margem EBITDA		83,9%	85,7%	-1,9 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório no primeiro trimestre de 2020, considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 1T20 totalizou R\$ 145,1 MM, 410,3% maior que o registrado no 1T19.

Equivalência Patrimonial IFRS				
	R\$ MM	1T20	1T19	Var. %
ETAU		3,7	1,3	174,5%
Brasnorte		-	0,8	0,0%
TBE		95,1	23,6	303,2%
Aimorés		16,9	(0,6)	-
Paraguaçu		24,9	2,0	1122,2%
Ivaí		(3,3)	1,0	-
Transmineiras		7,9	0,3	2582,2%
Total Equivalência Patrimonial		145,1	28,4	410,3%

O aumento de 410,3% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 1T20 e o 1T19, se deve principalmente: (i) aos maiores índices macroeconômicos registrados entre os períodos que impactaram positivamente a receita de correção monetária, principalmente o resultado da TBE; (ii) aos maiores investimentos nas concessões em construção Aimorés e Paraguaçu; e (iii) à conclusão da aquisição das participações da Eletrobras nas ETAU e Transmineiras no 2T19. Em contrapartida, Ivaí apresentou um resultado negativo influenciado pelas despesas financeiras da 1ª emissão de debêntures concluída em 15 de dezembro de 2019.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T20 totalizou R\$ 40,5 MM, praticamente em linha com o registrado no 1T19.

Equivalência Patrimonial - Regulatório				
	R\$ MM	1T20	1T19	Var. %
ETAU		4,3	2,8	51,0%
Brasnorte		-	1,1	-100,0%
TBE		55,9	48,1	16,2%
Aimorés		(0,1)	(0,1)	43,1%
Paraguaçu		(0,1)	(0,2)	-14,9%
Ivaí		(13,8)	(0,1)	13914,7%
Transmineiras		8,0	2,2	261,7%
Resultado das Controladas		54,2	53,9	0,5%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		40,5	40,3	0,7%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T20 apresentou um pequeno aumento de 0,7% na comparação anual em função principalmente (i) do resultado da TBE que foi impactado positivamente pelo reajuste inflacionário no ciclo da RAP em todas as concessões e pela entrada em operação da EDTE, compensado em parte pelo corte de 50% na RAP em duas concessões da TBE (ENTE e ERTE), e (ii) da conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU

e Transmineiras no 2T19, que foram compensados pelo aumento das despesas financeiras de Ivaí, referente à 1ª emissão de debêntures concluída em 15 de dezembro de 2019.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 134,9 MM no 1T20, 110,1% maior em relação ao 1T19. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 134,1 MM, 111,5% maior na comparação anual.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de “Arrendamento”) e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir de 2019, o resultado financeiro IFRS apresentará diferença em relação ao resultado financeiro regulatório, somente na linha de “Arrendamento”.

Resultado Financeiro IFRS

	R\$ MM	1T20	1T19	Var.%
Receitas Financeiras		13,0	15,9	-18,5%
Renda de aplicação financeira		13,0	15,9	-18,5%
Despesas Financeiras		(147,8)	(80,1)	84,6%
Juros incorridos		(75,8)	(46,0)	64,6%
Variações monetárias e cambiais		(54,6)	(31,2)	74,9%
Ajuste ao valor justo		(12,4)	(0,0)	-
Arrendamento		(0,7)	(0,8)	-4,4%
Outras despesas/receitas financeiras		(4,2)	(2,1)	106,4%
Total IFRS		(134,9)	(64,2)	110,1%

A redução anual de 18,5% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão da queda do CDI e da menor rentabilidade alcançada nas aplicações este trimestre, apesar do maior volume médio de caixa aplicado em função das captações em 2019 e 2020 (2ª emissão de debêntures de Janaúba e 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures da Taesa). A queda da rentabilidade mencionada acima foi provocada pela crise do COVID-19 que impactou negativamente o mercado de investimentos em março de 2020, ocasionando remarcações negativas nas aplicações.

O aumento de 64,5% na comparação anual na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao maior volume de dívida entre os períodos comparados, em função da 6ª emissão de debêntures da Taesa em maio de 2019 no montante de R\$ 1.060 MM, da 7ª emissão de debêntures da Taesa no montante de R\$ 500 MM em setembro de 2019, da 8ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 300 MM em janeiro de 2020, da 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019 no montante de R\$ 575 MM e do financiamento preexistente do BNB com a Lagoa Nova de R\$ 62,7 MM. Além disso, o menor CDI registrado no 1T20 minimizou o aumento dos juros no período.

A aumento de 74,9% na linha de variações monetárias e cambiais, na comparação entre o 1T20 e o 1T19, ocorreu majoritariamente pelo maior volume de dívida em IPCA em decorrência da 2ª série da 6ª emissão, da 7ª e 8ª emissões de debêntures da Taesa, da 2ª emissão de debêntures de Janaúba e do financiamento preexistente do BNB com a Lagoa Nova, sendo compensado em parte pela redução do IPCA entre os períodos comparados.

O impacto contábil de 12 MM na linha de ajuste ao valor justo se refere à atualização da metodologia do *swap* da 1ª série da 6ª emissão, de CDI para IPCA, em 2019, uma vez que esta dívida foi contabilizada no balanço de 2019 a custo

amortizado e não a valor de mercado. É importante mencionar que é um impacto meramente contábil, não recorrente e será compensado durante o prazo da dívida.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou um aumento de 106,4% na comparação anual, explicado, basicamente, pelo aumento das despesas de PIS/COFINS sobre aplicações financeiras, despesas em função das despesas relacionadas às emissões das debêntures da Taesa e Janaúba, como serviços de agentes fiduciários e bancos mandatários e a maiores despesas com custódia de ações.

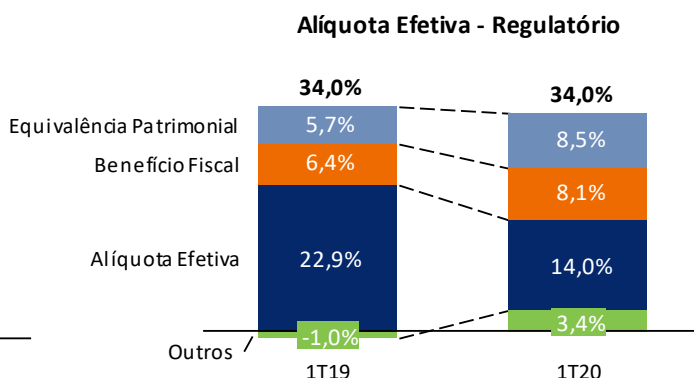
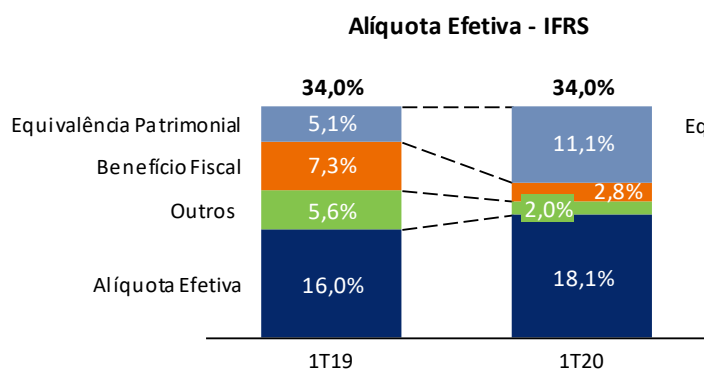
4.15. Impostos

A aumento de 182,1% no Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado, entre o 1T20 e 1T19, acompanhou o movimento registrado no lucro antes dos impostos, cujo aumento foi de 128,5%. O aumento da alíquota efetiva é explicado pela redução de 9,3% do benefício SUDAM/SUDENE devido à queda no lucro real, base para o reconhecimento do imposto corrente, em função principalmente dos ajustes fiscais para fins de tributação do ativo contratual e das maiores despesas financeiras, acarretando em um menor aproveitamento do benefício fiscal do período.

A linha de Outros é impactada pelo resultado das empresas com regime de lucro presumido. Portanto, ela é diretamente proporcional ao desempenho destas empresas.

Vale destacar que a alíquota efetiva no 1º trimestre de cada ano é naturalmente maior do que os demais trimestres pois normalmente não se paga dividendos ou JCP nos primeiros 3 meses do ano, uma vez que a destinação do resultado do ano anterior ocorre somente após a aprovação em AGO.

	R\$ MM	IFRS			Regulatório		
	Conciliação Imposto	1T20	1T19	Var.%	1T20	1T19	Var.%
Lucro antes do Impostos		444,7	190,0	134,1%	162,0	240,1	-32,5%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%		(151,2)	(64,6)	134,1%	(55,1)	(81,6)	-32,5%
Equivalência Patrimonial		49,3	9,7	410,4%	13,8	13,7	0,7%
SUDAM/SUDENE		13,0	15,3	-14,7%	13,0	15,3	-14,7%
Outros		8,3	9,3	-10,4%	5,5	(2,4)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado		(80,5)	(30,4)	165,1%	(22,7)	(55,0)	-58,7%
Alíquota Efetiva		18,1%	16,0%	2,1 pp	14,0%	22,9%	8,9 pp



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2030	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

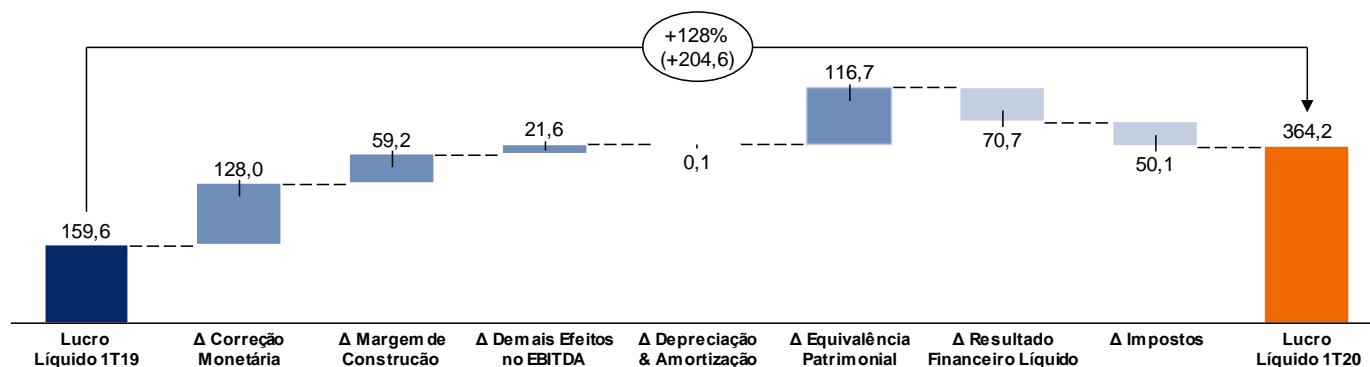
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo no 4T17, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

4.16. Lucro Líquido

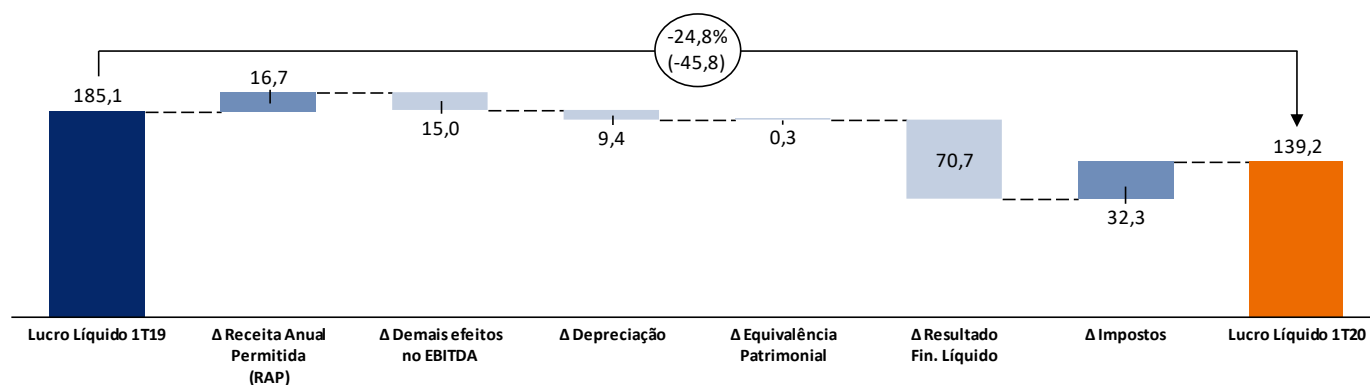
Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 364,2 MM no 1T20, 128,2% maior que o registrado no 1T19.

Lucro Líquido IFRS – 1T20:



Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 139,2 MM no 1T20, uma redução de 24,8% na comparação anual.

Lucro Líquido Regulatório – 1T20:



Lucro Líquido Ajustado

A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de construção. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Conseqüentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

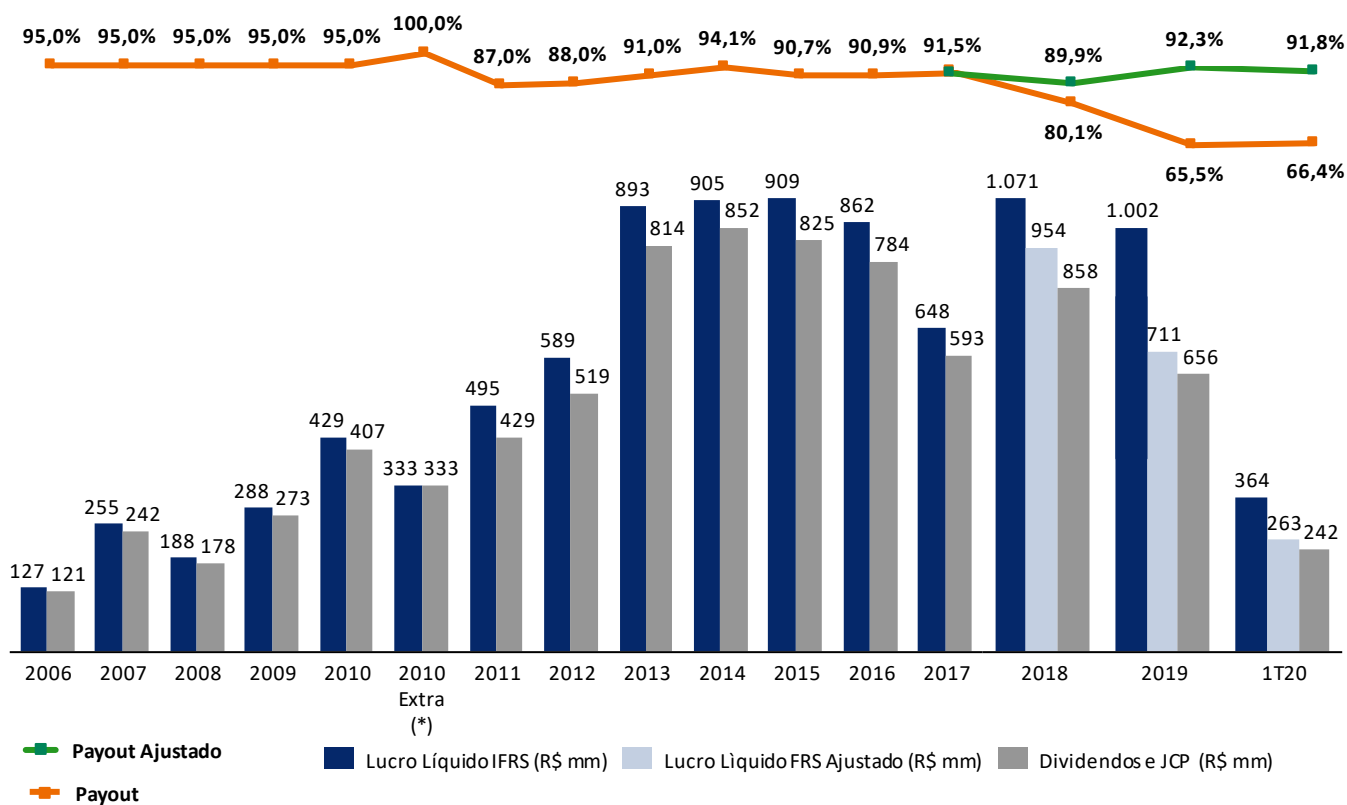
DRE IFRS - Consolidado - 1T20

	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		161.252		161.252
Remuneração do ativo contratual de concessão		148.881	7.407	156.288
Correção monetária do ativo contratual de concessão		125.603		125.603
Construção e indenização		315.391	(122.968)	192.423
Outras receitas operacionais		14.018		14.018
Parcela variável		(6.359)		(6.359)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		758.787	(115.562)	643.225
PIS e COFINS		(50.528)	10.109	(40.419)
ISS		(91)		(91)
ICMS		-		-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(17.750)		(17.750)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(68.369)	10.109	(58.260)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		690.418	(105.453)	584.965
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				
Pessoal		(38.605)		(38.605)
Material		(194.851)	18.107	(176.744)
Serviços de terceiros		(14.305)		(14.305)
Depreciação e amortização		(3.446)		(3.446)
Outras despesas operacionais		(4.762)		(4.762)
Custos e despesas		(255.969)	18.107	(237.862)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		434.450	(87.346)	347.104
Resultado de equivalência patrimonial		145.120	(49.036)	96.084
Renda de aplicação financeira		12.956		12.956
Despesas financeiras		(147.815)		(147.815)
Resultado financeiro		(134.859)	-	(134.859)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		444.710	(136.382)	308.329
Imposto de Renda e Contribuição Social		(80.523)	35.497	(45.027)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		364.187	(100.885)	263.302
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)		364.187	(100.885)	263.302
Participação dos acionistas não-controladores		-		-
	Reserva legal 5%	(18.209)	5.044	(13.165)
	Reserva de incentivo fiscal	(8.419)		(8.419)
	Reserva especial - adoção inicial CPC 47	(95.841)	95.841	-
	Lucro distribuível	241.718		241.718
	Payout	66,4%		91,8%

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Foi aprovada em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 30 de abril de 2020 dividendos adicionais referentes ao resultado de 2019 no valor de R\$ 61,8 MM (R\$ 0,17928194772 / Unit). O pagamento ocorrerá amanhã, 15 de maio de 2020, a partir da data-base de 6 de maio de 2020. A Taesa já havia distribuído, referente ao resultado do exercício social de 2019, R\$ 594,2 MM a título de dividendos intercalares e juros sobre capital próprio. Com isso, a Companhia remunerou seus acionistas no montante total de R\$ 655,9 MM (R\$ 1,90403264640 / Unit) referente ao resultado de 2019, representando um payout de 65,4% do lucro líquido e 92,3% do lucro líquido ajustado do período.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 180,4 MM (R\$ 0,52378039554 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 61,3 MM (R\$ 0,17787141663 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), ambos com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 31 de março de 2020. O pagamento ocorrerá no dia 28 de maio de 2020, a partir da data-base de 19 de maio de 2020.



4.18. Endividamento

No 1T20, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 5.711,2 MM, 8,5% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.677,2 MM, menor em 30,8% contra o 4T19, resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.034,0 MM, um crescimento de 42,0% no trimestre.

R\$ MM					
Dívida Líquida	1T20	% Dív Bruta	4T19	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	787,0	13,8%	734,5	13,7%	7,1%
Taxa Fixa	9,0	0,2%	9,0	0,3%	0,0%
CDI	302,7	5,3%	296,9	0,8%	1,9%
IPCA	475,3	8,3%	428,6	12,6%	10,9%
Longo Prazo	4.924,2	86,2%	4.530,6	86,3%	8,7%
Taxa Fixa	17,6	0,3%	19,8	0,7%	-11,3%
CDI	790,6	13,8%	791,0	17,9%	-0,1%
IPCA	4.116,0	72,1%	3.719,7	67,7%	10,7%
Endividamento Total	5.711,2	100,0%	5.265,0	100,0%	8,5%
(-) Caixa e Aplicações *	(1.677,2)		(2.424,4)		-30,8%
(=) Dívida Líquida	4.034,0		2.840,7		42,0%

* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

No primeiro trimestre de 2020 a dívida bruta totalizou R\$ 5.711,2 MM e o caixa R\$ 1.677,2 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 4.034,0 MM. O aumento de 8,5% da dívida bruta no período se deve à captação da 8ª emissão de debêntures da Taesa em janeiro de 2020 no valor de R\$ 300 MM, a consolidação na Taesa do empréstimo preexistente do BNB com a Lagoa Nova no valor de R\$ 62,7 MM e aos juros incorridos no período.

O redução de 30,8% no Caixa e Aplicações é explicado principalmente pelo: (i) desembolso de R\$ 753 MM referente à aquisição de São João e São Pedro; (ii) pagamento do saldo remanescente das dívidas de São João e São Pedro com a CEF no valor de R\$ 243 MM, (iii) desembolso de R\$ 60 MM referente à aquisição de Lagoa Nova; e (iii) aporte nas empresas controladas em conjunto e coligadas, que estão em construção, no total de R\$ 293 MM. Essa redução foi compensada parcialmente pela geração de caixa operacional no trimestre e pela captação da 8ª emissão de debêntures no total de R\$ 300 MM.

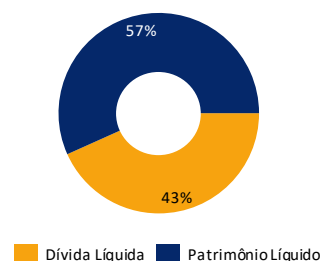
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 7.324,1 MM e o caixa de R\$ 2.734,0 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 731,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 243,0 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 12,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 9,9 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 67,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 16,0 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 801,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 788,0 MM. Lembrando que os valores de ETAU e Transmineiras contemplam a participação adquirida no Leilão Eletrobras nº 01/2018.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,0x no 1T20, acima ao registrado no 4T19 (2,2x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas, esse indicador seria de 3,5x no 1T20 contra 2,5x do 4T19.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	5.711,2	1.677,2	4.034,0
ETAU (75,6%)	12,4	9,9	2,5
TBE (49,99%)	731,5	243,0	488,5
Transmineiras (49%)	67,6	16,0	51,7
AIE (50%)	801,5	788,0	13,5
TOTAL	7.324,1	2.734,0	4.590,2

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	399.826	8.717	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	1.062.409	24.403	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	CDI	285.525	490	105% CDI	AAA.br	Set/2020	Bullet	1
	4ª Debêntures	IPCA	278.699	6.618	IPCA + 4.41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	546.934	23.514	IPCA + 5.9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	439.550	14.411	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	205.146	4.256	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	490.266	9.826	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	281.417	2.803	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	SWAP - CITIBANK*	CDI	351.984	0	106.0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	CDI	100.292	0	3,995%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	100.290	0	3,99%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	50.254	0	3,94%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	50.126	0	3,91%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	49.264	0	3,66%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	50.631	0	3,59%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
		FINAME	pré-fix	212	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal
	FINAME	pré-fix	6.981	7	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	12.374	15	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	237	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	6.728	7	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	233.508	0	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	554.404	0	4,8295%.a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	58.712	364	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES	Selic	1.909	3	SELIC + 3.76%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES	TJLP	1.970	8	TJLP + 5.20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	48	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	564	2	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	7.768	78	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	4ª Debêntures	CDI	9.349	57	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.981	81	116% CDI	-	Set/2021	Bullet	1
	6ª Debêntures	CDI	19.041	9	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	30.036	14	113.53 % CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.646	1.185	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
EBTE	1st Debentures	CDI	53.096	25	113,83% CDI	-	jun/23	Mensal	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.725	10.256	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	14.294	7	107,75% CDI	-	Set/ 2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.508	84	108,60% CDI	-	Jul/2024	Semestral	2
ENTE	2ª Debêntures	CDI	14.584	88	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	24.891	219	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
ETEP	2ª Debêntures	CDI	4.057	25	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures	CDI	17.847	9	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	5.364	17	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	3.107	4	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	194.864	5.029	4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	6.535	35	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	2.021	11	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	3.577	21	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	2ª Debêntures	CDI	16.131	7	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	24	0	4,50%	-	Jul/2020	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	4.931	7	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	872	26	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	2.197	74	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	13.068	6	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.593	49	6,0% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	16.433	8	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	791.068	10.407	4,8892% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			7.200.865	123.283					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 1T20, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 331,5 MM contra R\$ 82,1 MM investidos no 1T19, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 249,4 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores investimentos em todos os projetos (exceto Miracema e EDTE), com destaque para Janaúba, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí, que registraram em conjunto um aumento de R\$ 269,5 MM entre 1T20 e 1T19.

Projetos em construção

R\$ Mil	Custo de Construção (Capex)							TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	1T20	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	17.446	161.983
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	154.427	311.432
Aimorés				3.923	3.638	65.877	40.110	113.548
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	62.003	183.212
Ivaí				8.662	12.740	46.190	34.362	101.954
ESTE				868	4.546	6.243	7.603	19.259
EDTE					14.635	175.155	1.837	191.626
Sant'Ana						32.172	13.725	45.898
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	331.514	1.397.479

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de construção em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia. O ajuste na linha de custos de construção gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 7 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 4.951 MM e uma RAP de R\$ 874 MM (ciclo 2019-2020). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.314 MM com uma RAP proporcional de R\$ 572 MM. Vale destacar que 2 empreendimentos, Miracema e EDTE, e relevantes reforços da Novatrans foram concluídos recentemente, passando a adicionar para Taesa uma RAP total de R\$ 137,7 MM – ciclo 2019-2020 (vide seção 3.1 para maiores detalhes).

Leilões	Empreendimento	Extensão/Localização	Parceria	RAP (ciclo 2019-20) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	85 km / Minas Gerais	100% Taesa	15,4	107	mai/14	Mai/20*
Leilão 013/2015 (Abr/15)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	65,0	276	jun/16	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	69,2	368	dez/16	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2º Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	112,2	486	fev/17	fev/22
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	194,1	960	fev/17	fev/22
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	79,4	341	fev/17	fev/22
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	118,5	510	fev/17	fev/22
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Ex-ERB1) (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	294,0	1.937	ago/17	ago/22
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	60,7	610	mar/19	mar/23
TOTAL		2.858 km		R\$ 1.008 MM	R\$ 5.595 MM		

* Prazo previsto pela Companhia

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Avanço físico em 95%.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização prevista para maio de 2020.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Avanço físico em 100%.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 07 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Avanço físico em 100%.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Avanço físico em 6%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implantação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.

- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 38%.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 71%.

Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 75%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 31%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em 9 de abril de 2020.
- O cronograma final está em fase de consolidação.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Construção** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Concessão	R\$ MM					1T20
	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Construção	O&M	PV	
NOVATRANS	43,6	27,4	0,5	31,4	(3,5)	
TSN	15,0	11,0	0,5	58,6	(0,5)	
MUNIRAH	1,5	0,9	0,0	3,9	-	
GTESA	0,6	0,5	-	0,6	-	
PATESA	1,9	2,1	0,0	1,3	-	
ETEO	8,8	8,0	-	11,9	-	
NTE	10,5	6,6	0,0	9,7	-	
STE	6,3	5,7	0,0	4,2	-	
ATE	12,6	11,6	0,0	7,4	-	
ATE II	17,3	17,7	0,0	16,7	(0,2)	
ATE III	8,7	7,1	0,0	11,2	0,9	
ETAU	1,0	1,7	-	1,9	-	
BRASNORTE	5,7	3,1	-	0,6	-	
SÃO GOTARDO	0,8	1,0	-	0,2	(0,1)	
SÃO JOÃO	5,5	14,4	-	1,2	(2,9)	
SÃO PEDRO	4,7	7,3	2,9	1,0	(0,1)	
LAGOA NOVA	0,9	1,6	-	0,1	-	
MARIANA	0,1	0,0	-	-	-	
MIRACEMA	4,3	(0,6)	2,3	1,2	-	
JANAÚBA	-	-	293,7	-	-	
SANT'ANA	-	-	15,3	-	-	
AIMORÉS	-	-	72,7	-	-	
PARAGUAÇÚ	-	-	110,1	-	-	
IVÁÍ	-	-	55,4	-	-	
EATE	13,7	20,0	-	5,3	-	
EBTE	4,1	5,4	-	2,2	-	
ECTE	1,1	1,6	-	0,4	-	
EDTE	4,8	11,5	21,0	0,7	-	
ENTE	7,6	11,7	-	2,7	(0,2)	
ERTE	1,8	3,1	-	1,0	-	
ESDE	1,0	1,0	-	0,3	(0,001)	
ESTE	-	-	12,8	-	-	
ETEP	2,9	4,2	-	1,7	-	
ETSE	0,6	0,7	-	0,1	(0,002)	
LUMITRANS	0,8	1,5	-	0,4	-	
STC	1,0	1,1	-	0,7	(0,0)	
TRANSIRAPE	1,6	1,8	-	0,5	-	
TRANSLESTE	2,2	1,9	-	0,4	-	
TRANSUDESTE	1,3	1,5	-	0,4	-	
Total	194,4	194,1	587,3	179,9	(6,6)	

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM								
Concessão	Taxa Anual	Ativo Contratual 4T19	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Construção	O&M	RAP	Ativo Contratual 1T20
NOVATRANS	10,3%	1.187,1	43,6	27,4	0,5	31,4	(82,7)	1.207,2
TSN	10,8%	594,7	15,0	11,0	0,5	58,6	(76,3)	603,6
MUNIRAH	12,4%	52,1	1,5	0,9	0,0	3,9	(10,2)	48,2
GTESA	11,1%	23,2	0,6	0,5	-	0,6	(1,4)	23,6
PATESA	7,7%	103,2	1,9	2,1	0,0	1,3	(4,5)	104,1
ETEO	10,4%	349,0	8,8	8,0	-	11,9	(24,7)	353,0
NTE	15,0%	296,4	10,5	6,6	0,0	9,7	(21,6)	301,7
STE	10,4%	251,8	6,3	5,7	0,0	4,2	(12,2)	255,8
ATE	9,6%	552,2	12,6	11,6	0,0	7,4	(41,8)	542,0
ATE II	8,5%	842,1	17,3	17,7	0,0	16,7	(64,7)	829,2
ATE III ¹	6,7%	531,8	8,7	7,1	0,0	11,2	(34,7)	524,2
ETAU	3,5%	116,3	1,0	1,7	-	1,9	(11,6)	109,4
BRASNORTE	11,0%	209,7	5,7	3,1	-	0,6	(7,0)	212,2
SÃO GOTARDO	5,0%	66,0	0,8	1,0	-	0,2	(1,4)	66,7
SÃO JOÃO ³	6,0%	542,0	5,5	14,4	-	1,2	(8,1)	555,1
SÃO PEDRO ³	6,3%	456,4	4,7	7,3	2,9	1,0	(7,0)	465,4
LAGOA NOVA ³	9,2%	118,6	0,9	1,6	-	0,1	(0,6)	120,6
MARIANA ¹²	4,7%	185,3	0,1	0,0	-	-	(0,2)	185,3
MIRACEMA ¹²	9,9%	513,1	4,3	(0,6)	2,3	1,2	(4,7)	515,7
JANAÚBA ¹²	10,0%	302,9	-	-	293,7	-	-	596,6
SANT'ANNA ¹²	8,0%	34,9	-	-	15,3	-	-	50,2
AIMORÉS ¹²	10,0%	132,1	-	-	72,7	-	-	102,4
PARAGUAÇÚ ¹²	10,0%	212,4	-	-	110,1	-	-	322,5
IVAI ¹²	10,0%	110,7	-	-	55,4	-	-	166,1
EATE	6,6%	849,8	13,7	20,0	-	5,3	(30,6)	858,3
EBTE	4,4%	374,4	4,1	5,4	-	2,2	(8,8)	377,2
ECTE	6,3%	72,2	1,1	1,6	-	0,4	(2,5)	72,8
EDTE ¹²	10,2%	272,3	4,8	11,5	21,0	0,7	(5,8)	304,5
ENTE	6,0%	520,1	7,6	11,7	-	2,7	(25,5)	516,6
ERTE	5,3%	134,5	1,8	3,1	-	1,0	(4,9)	135,5
ESDE ¹	6,6%	63,4	1,0	1,0	-	0,3	(1,7)	64,0
ESTE ¹²	10,0%	20,9	-	-	12,8	-	-	33,6
ETEP	6,4%	182,4	2,9	4,2	-	1,7	(6,9)	184,2
ETSE	5,6%	45,7	0,6	0,7	-	0,1	(1,0)	46,2
LUMITRANS	5,1%	67,2	0,8	1,5	-	0,4	(3,0)	66,9
STC ¹	4,9%	82,0	1,0	1,1	-	0,7	(3,6)	81,3
TRANSIRAPE	7,7%	83,3	1,6	1,8	-	0,5	(3,5)	83,7
TRANSLESTE	10,5%	86,5	2,2	1,9	-	0,4	(5,6)	85,4
TRANSUDESTE	8,0%	66,3	1,3	1,5	-	0,4	(3,5)	65,9
Total		10.705,3	194,4	194,1	587,3	179,9	(522,0)	11.236,6

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ Saldo do ativo contratual considera o valor da aquisição na data de fechamento da transação

5.3. DRE 1T20

DRE

	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	1T20	1T19	Var	1T20	1T19	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	418.693	401.971	4,2%
Operação e manutenção	161.252	145.918	10,5%	-	-	0,0%	
Remuneração do ativo contratual de concessão	148.881	124.740	19,4%	-	-	0,0%	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	125.603	(2.380)	-	-	-	0,0%	
Construção e indenização	315.391	111.768	182,2%	-	-	0,0%	
Outras receitas operacionais	14.018	2.637	431,7%	250	389	-35,6%	
Parcela variável	(6.359)	869	-	(6.359)	869	-	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	758.787	383.551	97,8%	412.585	403.229	2,3%	
PIS e COFINS	(50.528)	(20.773)	143,2%	(21.936)	(20.040)	9,5%	
ISS	(91)	(45)	104,2%	(91)	(45)	104,2%	
ICMS	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.750)	(20.484)	-13,3%	(17.750)	(20.484)	-13,3%	
Outras deduções	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
Deduções da receita operacional bruta	(68.369)	(41.302)	65,5%	(39.777)	(40.568)	-2,0%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	690.418	342.249	101,7%	372.808	362.660	2,8%	
Pessoal	(38.605)	(32.741)	17,9%	(38.605)	(32.741)	17,9%	
Material	(194.851)	(63.470)	207,0%	(320)	(55)	480,9%	
Serviços de terceiros	(14.305)	(11.731)	21,9%	(14.305)	(11.731)	21,9%	
Outras despesas operacionais	(4.762)	(5.223)	-8,8%	(6.926)	(7.231)	-4,2%	
Custos e Despesas	(252.523)	(113.165)	123,1%	(60.156)	(51.757)	16,2%	
Depreciação e amortização	(3.446)	(3.386)	1,8%	(57.108)	(47.678)	19,8%	
Custos, Despesas e D&A	(255.969)	(116.551)	119,6%	(117.263)	(99.436)	17,9%	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	434.450	225.698	92,5%	255.544	263.225	-2,9%	
Resultado de equivalência patrimonial	145.120	28.435	410,3%	40.547	40.285	0,7%	
Renda de aplicação financeira	12.956	15.892	-18,5%	12.956	15.892	-18,5%	
Despesas financeiras	(147.815)	(80.070)	84,6%	(147.085)	(79.307)	85,5%	
Empréstimos e financiamentos	(114.119)	(6.765)	1586,8%	(114.119)	(6.765)	1586,8%	
- Juros incorridos	(3.348)	(3.847)	-13,0%	(3.348)	(3.847)	-13,0%	
- Variações monetárias	2	-	0,0%	2	-	0,0%	
- Variação cambial	(111.280)	(9.208)	1108,5%	(111.280)	(9.208)	1108,5%	
- Ajuste ao valor justo	508	6.290	-91,9%	508	6.290	-91,9%	
Instrumentos financeiros derivativos	92.460	584	15738,2%	92.460	584	15738,2%	
- Juros incorridos	(5.866)	(2.335)	151,2%	(5.866)	(2.335)	151,2%	
- Variação cambial	111.280	9.208	1108,5%	111.280	9.208	1108,5%	
- Ajuste ao valor justo	(12.954)	(6.290)	106,0%	(12.954)	(6.290)	106,0%	
Debêntures	(121.188)	(71.071)	70,5%	(121.188)	(71.071)	70,5%	
- Juros incorridos	(66.558)	(39.843)	67,0%	(66.558)	(39.843)	67,0%	
- Variações monetárias	(54.630)	(31.228)	74,9%	(54.630)	(31.228)	74,9%	
Despesa Financeira – Arrendamento	(730)	(763)	-4,4%	-	-	0,0%	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.239)	(2.054)	106,4%	(4.239)	(2.054)	106,4%	
Resultado financeiro	(134.859)	(64.179)	110,1%	(134.130)	(63.415)	111,5%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	444.710	189.955	134,1%	161.962	240.095	-32,5%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(80.523)	(30.374)	165,1%	(22.719)	(55.005)	-58,7%	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	364.187	159.582	128,2%	139.243	185.090	-24,8%	
EBITDA	437.895	229.084	91,2%	312.652	310.903	0,6%	
Margem EBITDA	63,4%	66,9%	-3,5 pp	83,9%	85,7%	-1,9 pp	

5.4. DRE IFRS 1T20 (Subsidiárias)

DRE IFRS	R\$ mil	TAESA	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	2.352	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	161.252	1.933	1.933	15.477	-	-	-	1.249
Remuneração do ativo contratual de concessão	148.881	987	987	40.211	-	-	-	5.007
Correção monetária do ativo contratual de concessão	125.603	1.718	1.718	61.668	-	-	-	5.168
Construção e indenização	315.391	-	-	32.362	72.693	110.060	55.397	-
Outras receitas operacionais	14.018	877	877	2.280	-	-	-	366
Parcela variável	(6.359)	(1)	(1)	(161)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	758.787	7.866	7.866	151.836	72.693	110.060	55.397	11.790
PIS e COFINS	(50.528)	(280)	(280)	(8.950)	(6.724)	(10.181)	(5.124)	(421)
ISS	(91)	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.750)	(413)	(413)	(3.583)	-	-	-	(508)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(68.369)	(693)	(693)	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	690.418	7.173	7.173	139.304	65.969	99.880	50.273	10.860
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS								
Pessoal	(38.605)	(61)	(61)	(5.407)	(112)	(168)	(187)	(465)
Material	(194.851)	303	303	(10.157)	(40.110)	(62.003)	(34.362)	(282)
Serviços de terceiros	(14.305)	(1.124)	(1.124)	(2.948)	(79)	(77)	(133)	(756)
Depreciação e amortização	(3.446)	(212)	(212)	(48)	(11)	(13)	(11)	(22)
Outras despesas operacionais	(4.762)	(21)	(21)	(1.026)	(7)	(8)	(9)	(105)
Custos e despesas	(252.523)	(903)	(903)	(19.538)	(40.308)	(62.256)	(34.692)	(1.607)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	434.450	6.058	6.058	119.717	25.650	37.610	15.570	9.231
Resultado de equivalência patrimonial	145.120	-	-	721	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	12.956	110	110	(5.734)	59	121	(13.431)	(881)
Despesas financeiras	(147.815)	(401)	(401)	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(114.119)	(281)	(281)	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(3.348)	(251)	(251)	(6.061)	-	-	-	(861)
- Variações monetárias	(54.628)	(30)	(30)	431	-	-	-	(17)
- Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(12.447)	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	92.460	-	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(72.423)	-	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(12.447)	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(121.188)	(77)	(77)	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(72.423)	-	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	(54.628)	-	-	431	-	-	-	(17)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.239)	(43)	(43)	(999)	(12)	(17)	(20.064)	(13)
Resultado financeiro	(134.859)	(291)	(291)	(5.734)	59	121	(13.431)	(881)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	444.710	5.767	5.767	114.704	25.709	37.731	2.139	8.350
Imposto de Renda e Contribuição Social	(80.523)	1.052	1.052	(19.646)	(8.789)	(12.875)	(5.407)	(464)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	364.187	6.819	6.819	95.057	16.920	24.856	(3.268)	7.886
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	437.895	6.270	6.270	119.765	25.661	37.624	15.581	9.253
Margem EBITDA	63,4%	87,4%	87,4%	86,0%	38,9%	37,7%	31,0%	85,2%

5.5. DRE Regulatório 1T20 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

	TAESA	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	418.693	9.649	96.656	-	-	-	12.913
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-
Construção e indenização	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	250	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(6.359)	(1)	(161)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	412.585	9.648	96.494	-	-	-	12.913
PIS e COFINS	(21.936)	(385)	(4.533)	-	-	-	(490)
ISS	(91)	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.750)	(413)	(3.583)	-	-	-	(508)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(39.777)	(797)	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	372.808	8.851	88.379	-	-	-	11.914
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal	(38.605)	(61)	(5.407)	(112)	(168)	(187)	(465)
Material	(320)	(3)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(14.305)	(1.124)	(2.948)	(85)	(84)	(140)	(756)
Depreciação e amortização	(57.108)	(869)	(11.120)	(5)	(8)	(6)	(1.253)
Outras despesas operacionais	(6.926)	(21)	(1.026)	(7)	(8)	(9)	(105)
Custos e despesas	(60.156)	(1.209)	(9.381)	(205)	(259)	(336)	(1.325)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	255.544	6.772	67.878	(210)	(268)	(342)	9.336
Resultado de equivalência patrimonial	40.547	-	824	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	12.956	57	896	71	138	6.633	9
Despesas financeiras	(147.085)	(366)	(6.630)	(10)	(15)	(20.062)	(890)
Empréstimos e financiamentos	(114.119)	(349)	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(3.348)	(337)	(6.061)	-	-	-	(861)
- Variações monetárias	(54.628)	(12)	431	-	-	-	(17)
- Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(12.447)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	92.460	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(72.423)	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(12.447)	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(121.188)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(72.423)	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	(54.628)	-	431	-	-	-	(17)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.239)	(17)	(999)	-	-	-	(13)
Resultado financeiro	(134.130)	(309)	(5.734)	61	123	(13.429)	(881)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	161.962	6.463	62.968	(149)	(145)	(13.771)	8.455
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.719)	(2.186)	(7.031)	-	-	-	(424)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	139.243	4.277	55.937	(149)	(145)	(13.771)	8.031
EBITDA	312.652	7.641	78.998	(205)	(259)	(336)	10.589
Margem EBITDA	83,9%	86,3%	89,4%	-	-	-	88,9%

5.6. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

	R\$ MM	1T20	1T19	Var. %
Lucro Líquido		364,2	159,6	128,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social		80,5	30,4	165,1%
Despesas Financeiras Líquidas		134,9	64,2	110,1%
Depreciação e Amortização		3,4	3,4	1,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(145,1)	(28,4)	410,3%
EBITDA		437,9	229,1	91,2%
Margem EBITDA		63,4%	66,9%	-3,5 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

	R\$ MM	1T20	1T19	Var. %
Lucro Líquido		139,2	185,1	-24,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social		22,7	55,0	-58,7%
Despesas Financeiras Líquidas		134,1	63,4	111,5%
Depreciação e Amortização		57,1	47,7	19,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(40,5)	(40,3)	0,7%
EBITDA		312,7	310,9	0,6%
Margem EBITDA		83,9%	85,7%	-1,9 pp

5.7. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

	R\$ mil	1T20	
		IFRS	Ajustes Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	209.548	-	209.548
Títulos e Valores Mobiliários	1.458.261	-	1.458.261
Clientes	151.599	(15.102)	166.701
Ativo contratual de concessão	988.547	988.547	-
Impostos e contribuições sociais	109.394	-	109.394
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	240.032	-	240.032
Estoque	10.950	-	10.950
Outras contas a receber	59.804	-	59.804
Total do Ativo Circulante	3.228.146	973.445	2.254.701
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	9.353	-	9.353
Ativo contratual de concessão	6.570.322	6.570.322	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(9.940)	9.940
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	2.145.237	606.810	1.538.427
Clientes	18.869	-	18.869
Depósitos judiciais	34.274	-	34.274
Instrumentos financeiros derivativos	175.402	-	175.402
Outras contas a receber	34.165	-	34.165
Imobilizado	22.430	(5.603.859)	5.626.289
Intangível	80.655	(182.493)	263.148
Direito de uso	33.195	33.195	-
Total do Ativo Não Circulante	9.123.902	1.414.035	7.709.867
Total do Ativo	12.352.048	2.387.480	9.964.568
Passivos			
Fornecedores	81.122	-	81.122
Impostos e contribuições sociais	46.084	-	46.084
Empréstimos e financiamentos	13.332	-	13.332
Debêntures	773.666	-	773.666
Passivo de arrendamento	8.538	8.538	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	11	-	11
Taxas regulamentares	71.895	-	71.895
Outras contas a pagar	45.247	-	45.247
Total do Passivo Circulante	1.039.895	8.538	1.031.357
Empréstimos e financiamentos	579.531	-	579.531
Debêntures	4.499.056	-	4.499.056
Passivo de arrendamento	26.511	26.511	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.019	-	21.019
Impostos e contribuições diferidos	424.393	345.171	79.222
Tributos diferidos	403.736	403.736	-
Provisão para contingências	32.697	2.594	30.103
Provisão para desmobilização de ativos	461	461	-
Obrigações especiais	-	(11.672)	11.672
Fornecedores	1.907	-	1.907
Outras contas a pagar	18.556	-	18.556
Total do Passivo Não Circulante	6.007.867	766.801	5.241.066
Patrimônio Líquido	-	-	-
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	1.224.261	-	1.224.261
Dividendos adicionais propostos	61.763	-	61.763
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-
Reserva AFAC	13.307	-	13.307
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	1.382.969	(1.382.969)
Resultado do período	364.187	224.944	139.243
Atribuído a participação dos acionistas controladores	5.304.289	1.612.142	3.692.147
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	5.304.289	1.612.142	3.692.147
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	12.352.051	2.387.481	9.964.570

5.8. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	IFRS	
	R\$ mil	1T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		364.184
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial	(145.120)	
Depreciação e amortização	1.719	
Amortização de direito de uso	1.727	
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.623	
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	(98)	
Receita de aplicações financeiras	(12.956)	
Custo contração - provisão fornecedores	185.571	
Juros, var monet e cambiais liq e mtrn sobre emprest e Financ	114.118	
Juros e variações monetárias sobre debêntures	121.188	
Juros passivo de arrendamento	729	
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(92.460)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.368	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.157	
Tributos diferidos	28.592	
Remuneração do ativo financeiro	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	(148.881)	
Correção monetária do ativo financeiro	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(125.603)	
Receita de construção e indenização	(315.391)	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	
Provisão (Reversão) para parcela variável	(162)	
		59.305
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(15.903)	
(Aumento) Redução no saldo de ativo contratual	-	
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	243.673	
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(937)	
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-	
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-	
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(4.240)	
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(197.016)	
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	1.861	
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(21.585)	
Dividendos recebidos das controladas	-	
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	26.860	
		32.713
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		92.018
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.939)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		83.079
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	932.821	
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(3.276)	
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(805.758)	
Aquisição de controladas em conjunto	-	
Aquisição de coligadas	-	
Aumento de capital em controladas em conjunto	(99.500)	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		24.287
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(244.188)	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(3.719)	
Captação de debêntures	277.946	
Pagamento de debêntures - principal	-	
Pagamento de debêntures - juros	(7.024)	
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(4.031)	
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	-	
Pagamento de passivo de arrendamento	(2.164)	
Aquisição de Participação de Controlada	-	
Pagamento de dividendos e JCP	(1)	
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	2.799	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	
Aumento de capital	-	
Outros	-	
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		19.618
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		126.984
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		82.562
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		209.548
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		126.986

5.9. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	Regulatório	
	R\$ mil	1T20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		139.241
Itens de resultado que não afetam o caixa:		#REF!
Resultado de equivalência patrimonial		(40.547)
Depreciação e amortização		57.107
Amortização de direito de uso		-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		1.623
Receita de aplicações financeiras		(12.956)
Custo construção - provisão fornecedores		-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ		114.118
Juros e variações monetárias sobre debêntures		121.188
Juros passivo de arrendamento		-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		(92.460)
Imposto de renda e contribuição social correntes		6.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos		16.353
Tributos diferidos		-
Remuneração do ativo contratual de concessão		-
Correção monetária do ativo contratual de concessão		-
Receita de construção e indenização		-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-
Provisão (Reversão) para parcela variável		(162)
		309.775
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(15.903)
(Aumento) Redução no saldo de ativo contratual		-
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		(937)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		(4.240)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(11.445)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		1.861
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		(21.585)
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		26.860
		(25.389)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		284.386
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.939)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		275.447
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		932.821
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(197.808)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		(805.758)
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(99.500)
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		(170.245)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos		-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(244.188)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(3.719)
Captação de debêntures		277.946
Pagamento de debêntures - principal		-
Pagamento de debêntures - juros		(7.024)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(4.031)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		-
Pagamento de passivo de arrendamento		-
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		(1)
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		21.782
		#REF!
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		126.984
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		82.562
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		209.548
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		126.986

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.